

dade. Não só a de Minas Gerais, mas a todo povo brasileiro, 26 marginais tiveram o destino devido. A gente precisa louvar, reconhecer, premiar esses policiais.

Quem sabe, Mecca, com uma promoção por bravura. Imaginem vocês uma quadrilha daquela, com aquele armamento, com a disposição de barbarizar qualquer cidade brasileira. Quantos de nós, quantos amigos, familiares, não foram protegidos de uma desgraça se a polícia não tivesse agido daquela maneira.

Lembre-se aí, deputado Conte Lopes, que preside esta sessão, de Araçatuba. O que fizeram. Criciúma também. Tentaram fazer em Guararema, mas lá estava a Rota e os policiais ali da área e 11 marginais tiveram o destino devido: saco, caixão. E foi marcado esse dia de finados justamente por essa operação.

Então parabéns aos nossos policiais militares, o Brasil... Aos policiais rodoviários federais que participaram da operação, pelo enfrentamento a esse tipo de marginal, a esse tipo de criminoso.

Vi alguns jornalistas, alguns militantes - a gente sabe de qual lado ideológico estão -, questionando, Mecca, a operação. Ora, mas por que não prenderam? Por que tiveram que matar? Outros já gritam execução. “Olha, mas 26 mortos, nenhum policial nem ferido”. Ué, tem que ser proporcional? É incrível.

Heróis. Policiais heróis, que deram ali esse pronto combate a esse tipo de quadrilha que hoje eles chamam de novo gangão. Eu gostaria de ver algumas imagens como aquele bando do Lampião quando a volante o encontrou e deu também a resposta àquele tipo de criminoso naquele período histórico.

Então, novamente, parabéns à Polícia Militar de Minas Gerais, parabéns à Polícia Rodoviária Federal, parabéns às autoridades que se manifestaram defendendo a legalidade da operação, ao secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, o Greco.

Ah, Mecca, como eu gostaria de que nós tivéssemos aqui um secretário de Segurança Pública do nível do Greco, reconhecendo a operação dos policiais militares de Minas Gerais, reconhecendo não só a legalidade, mas o sucesso da operação de neutralizar bandidos como aqueles ali. E que seja o destino de todos esses que ousem cometer esses crimes por São Paulo ou por todo o Brasil.

Mas presidente, ato contínuo aqui, subo a esta tribuna também, conversa com o Mecca, com o Castello Branco, este final de semana estive em algumas cidades pelo interior de São Paulo, na região da Serra da Mantiqueira.

Uma das cidades que eu visitei foi São Bento do Sapucaí, divisa com Minas Gerais, e lá eu pude conhecer o que eu chamo de um pequeno grande homem, um gigante, Seu Ditinho Joana, Sr. Ditinho Joana, um lavrador.

Mecca, um lavrador, deputada Janaina Paschoal, que se transformou num artesão, e num artesão que não só levou sua arte ali para sua região, mas para São Paulo, para o Brasil, e para fora do Brasil também.

Ganhei essa obra de arte dele aqui, uma bota de um lavrador, uma bota usada, Barba, em madeira aqui, feito pelo Sr. Ditinho, que representa aí a nossa caminhada de trabalho, a nossa caminhada por essa vida, representa o trabalho, o esforço dessas pessoas mais humildes.

E como me encantou a humildade do Seu Ditinho, como me encantou a sua generosidade, a sua acolhida. Nem precisei me identificar como deputado estadual por São Paulo. Ele trata todos ali no seu atelier como iguais.

Ele nem sabe que eu sou deputado estadual, mas tratou a mim e a minha família com um carinho tão especial, com um olhar tão generoso, contando ali as suas histórias, contando um pouco sobre o bairro em que ele nasceu e viveu, deputado Teonílio Barba.

Seu Ditinho Joana, filho descendente de escravos, que cresceu ali no bairro do Quilombo, em São Bento do Sapucaí, uma liderança nata, uma referência não só para os seus familiares, mas para todo o povo daquele bairro e daquela cidade.

Eu sai de lá impressionado, impactado, Mecca, e até agora estou impactado. Meu encontro com ele foi na segunda-feira. Ganhei um livro dele também, Ditinho Joana, o Escultor de Histórias, que narra um pouco da vida dele, da trajetória do bairro em que ele nasceu e como ele chegou até aqui. Fez uma dedicatória para mim.

Deus te abençoe e guarde sempre na sua caminhada. Que bom conhecer pessoas como o Seu Ditinho, como os seus filhos, o Saulo, que é artesão também, o Alexandre. Como é bom saber que há pessoas generosas, há pessoas que nos acolhem, independentemente de onde somos, independente se nós somos um humilde carteiro, ou um deputado aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Vida longa a esse artista, esse escultor, que, na sua obra, retrata um pouco do cotidiano, Barba, dos trabalhadores, dos lavradores, dessas pessoas simples, humildes, que fazem a história acontecer.

Contínuo aqui impressionado com esse homem. Como eu disse, um gigante, um gigante. Lendo o livro aqui eu entendi que ali, na sua região, até, Mecca, uma fama de santidade ele tem. E, conversando com ele, olhando no olho, pude sentir isso também.

Espero em breve poder visitá-lo e estar com seus familiares novamente, conhecer um pouco mais ali em São Bento do Sapucaí, e trazer essas histórias, a história desses pequenos, desses grandes homens, Barba, desses gigantes, que trabalham ali pelo seu povo, pela sua comunidade, sempre levando o que é de melhor, o que é bom.

Então, parabéns, (Inaudível.), muito obrigado pelas suas palavras e vida longa. Continue levando aí arte a nossa população, mas, sem dúvida nenhuma, levando essa presença de Deus ali no seu aperto de mão, no seu abraço e em cada palavra que o senhor transmite a nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PP - Agora passando a palavra para o nobre deputado Marcio França... Marcio da Farmácia, desculpe, para falar pelo Art. 82.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - PELO ART. 82 - Boa tarde, presidente, boa tarde, público, deputados, deputadas. Vou retirar a máscara, presidente, porque estou em distância, viu? Respeitando o distanciamento.

Presidente, venho a esta tribuna para falar do Projeto 451 da semana passada, que eu estava discutindo agora há pouco aqui, que é um projeto que fala da proibição de medicamentos dentro de supermercados.

É importante essa discussão para que a gente possa realmente elencar as responsabilidades de cada estabelecimento, até porque, hoje em dia, a facilidade de você adquirir um medicamento é muito grande.

Qualquer pessoa pode chegar na farmácia e fazer o pedido, desde que essa medicação não esteja sob prescrição médica. Tudo que for além da prescrição, que é liberado, você pode pegar no balcão da farmácia, mas quem te atende é um profissional. Quem te atende é um balconista, um técnico, é um farmacêutico.

Quando a gente fala da proibição do medicamento justamente no supermercado, que é o Projeto 451, de minha autoria, é justamente para prevenir a saúde, porque hoje a lei fala que a farmácia é estabelecimento de saúde, onde tem responsável técnico que dá direito a que essa farmácia possa fazer as orientações necessárias em qualquer uso de medicamento, aquele medicamento que pode ser comprado com prescrição ou sem prescrição.

Então a gente pede que isso seja regulamentado aqui no estado de São Paulo para que a gente possa dar direito. Até porque o supermercado hoje vende comida. E como eu já havia falado aqui e vou falar de novo, os supermercados que hoje podem e têm, dentro do seu estabelecimento comercial, dentro

do supermercado e às vezes paralelamente ao mercado, esses mercados têm farmácia dentro.

Mas cada farmácia que está dentro do supermercado ou paralela ao supermercado tem um profissional farmacêutico que hoje, pela lei federal, é obrigado a ficar 24 horas enquanto o estabelecimento estiver aberto.

Mas, quando você não tem esse estabelecimento dentro do supermercado ou paralelo, mantido pelo supermercado, esse medicamento não pode ser vendido em prateleiras.

Até porque, a responsabilidade dos efeitos colaterais dessa medicação, quem vai responder? Quem vai responder pelo uso de uma aspirina, de um paracetamol, ibuprofeno, de uma dipirona, que é tão comum hoje no Brasil você falar sobre essas medicações?

E todo mundo sabe que o medicamento, por exemplo, de uso irregular, de forma, de princípios... Quais são os riscos da automedicação hoje? O atraso do diagnóstico correto devido ao mascaramento de sintomas quando você toma um medicamento irregular.

O agravamento de distúrbios quando você toma um medicamento inadequado ou de mau uso ou tomado inadequadamente, você causa um agravamento de distúrbios. A possibilidade de dependência do medicamento.

Todo mundo sabe que às vezes o cara toma 30 gotas de dipirona, daqui a pouco ele está tomando 40, daqui a pouco 50, 60, 70 e a dor de cabeça não passa. Mas por quê? Porque às vezes está mal orientado pelo uso do medicamento ou o medicamento não é adequado para tomar para aqueles sintomas que ele acha que vai resolver. Há possibilidade da ocorrência de eventos adversos que podem ser agravados dentro do organismo. Reações alérgicas, interações medicamentosas e intoxicação são algumas promoções que podem acontecer com os medicamentos.

Eu queria aqui até citar, presidente, o uso da dipirona, que eu acho que é muito conhecido no Brasil, fora do Brasil também, e que pode agravar reações de hipersensibilidade com manifestações cutâneas, tipo alergia. A reação de hipersensibilidade de maior importância, embora rara, é a ocorrência de agranulocitose.

Se durante o uso de dipirona surgirem manifestações cutâneas ou nas mucosas, principalmente na boca ou na garganta, o tratamento deve ser imediatamente suspenso e a pessoa deve procurar um órgão de Saúde, que às vezes você pode evitar com orientação farmacêutica. O farmacêutico passa por uma universidade e é preparado justamente para poder orientar sobre orientação e medicação inadequada.

Então, presidente, eu venho aqui falar de um projeto em que a gente deve colocar os pingos nos is, porque a gente não pode defender o mercadista hoje, o supermercado hoje, esses hipermercados - presidente, já estou encerrando -, eles não podem ter, eles não precisam do medicamento na prateleira. Isso é chamar para que possam vender o produto dele interno, enquanto a farmácia sobrevive com isso.

Presidente, logo vou falar aqui da quantidade de pessoas que podem perder seus empregos se essa medicação for ao supermercado e eliminar uma quantidade de farmácias no estado de São Paulo.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PP - Obrigado a V. Exa., nobre deputado Marcio da Farmácia. Agora, com a palavra, o nobre deputado Castello Branco, por indicação da deputada Janaina Paschoal, líder do PSL.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - PELO ART. 82 - Deputado Castello Branco, três de novembro de 2021, quarta-feira, no Grande Expediente, falando pelo Art. 82 e trazendo uma denúncia, mais uma denúncia grave da gestão da Prefeitura de São Paulo.

Eu, como deputado estadual, não posso deixar de me pronunciar sobre tudo o que diz respeito ao estado de São Paulo, inclusive à sua Capital. Então preparei uma apresentação muito importante. Peço que você, cidadão de bem, preste atenção.

Estamos falando do Conselho Nacional de Trânsito, Contran, que suspendeu desde março de 2020, no início da pandemia da Covid, o envio de multas em todo o País. A retomada ocorreu apenas em dezembro do ano passado.

Sem a comunicação das infrações, em grande parte de 2020, o motorista - é importante isso - não teve a oportunidade de mudar o seu comportamento, não foi notificado, não foi avisado de determinados radares, enfim, e agora eles estão recebendo centenas de multas nos seus nomes. Uma vergonha!

Esse modelo mudou a partir de 2021, mas a situação represada, contida desde 2020 vai levar a uma enxurrada, a um tsunami de multas recebidas de uma única vez, de um ano atrás. Mais, sem a possibilidade de recorrer das penalidades, porque são muitas em um espaço tão curto. É um absurdo, é uma vergonha e, realmente, não dá para aceitar, até porque se tomaram impagáveis.

O dinheiro das multas de trânsito tem destino específico previsto em lei. Toda a arrecadação deve ser aplicada exclusivamente, anote aí o senhor para onde vai o dinheiro da sua multa, em sinalização e engenharia de tráfego, de campo, de policiamento, de fiscalização e educação de trânsito. Eu não acredito que isso ocorra.

Diante disso, o seguinte questionamento é inevitável. Pergunto: o dinheiro da multa faz parte para cobrir déficits dos estados e municípios? A questão é que, embora o objetivo seja educacional, educativo, ou seja, coibir as infrações de trânsito, o poder público conta, sim, e é fato, com a arrecadação das multas para compor o seu orçamento público anual. Centenas de reclamações têm chegado ao nosso conhecimento no gabinete parlamentar Castello Branco, e eu não posso me omitir diante de tantas denúncias.

Muito bem, nós temos recebido multas sem foto; ausência de notificação prévia, sem abordagem; dupla penalidade, como, por exemplo, duas multas na mesma hora; diferença de uma multa para outra de um segundo; diferença de uma multa para outra de um minuto; multas aplicadas em cruzamentos de ruas que não existem; multas, por exemplo, em que o mesmo motorista foi multado em dois locais da cidade completamente diferentes, longe um do outro, com diferença de cinco a dez minutos; ou seja, tem coisa errada aí.

É possível reverter tais multas? Na minha opinião, pois, a resolução do Contran que autoriza o envio de notificação, com um ano depois, é ilegal. Portanto, não cabe, uma vez que a lei prevê o prazo máximo de 30 dias para notificar o motorista sobre a autuação. Esse prazo de 30 dias não pode sofrer interrupção, conforme decisão do Poder Judiciário. Portanto, está aí uma boa notícia para você que foi multado na pandemia. Recorra, exija os seus direitos, porque não é justo o que está acontecendo.

Isso tem a ver com a indústria das multas de trânsito: é mito ou realidade? Embora o objetivo maior do Código de Trânsito Brasileiro seja educar os usuários do trânsito, para garantir a segurança de todos, existe, no imaginário popular, suspeitas, e até denúncias muito sérias, fortes indícios e indicativos de que, em alguns casos, há sim um interesse municipal ou estadual em arrecadar mais para os cofres públicos com cobranças de multas.

Em janeiro deste ano, por exemplo, uma reportagem muito bem feita, da Rádio Bandeirantes, discutiu tal prática. Um repórter do programa, fingindo ser membro de uma prefeitura municipal do estado de São Paulo, conversa com uma empresa de radares sobre estratégias para garantir a ocorrência de infrações, por exemplo, com excesso de velocidade. A empresa, que tem radares instalados em muitas cidades paulistas, afirma que a disposição estratégica dos equipamentos gera sim arrecadação para a prefeitura.

Segundo essa empresa, a média de faturamento com as multas por radar é três vezes maior do que o custo operacional para mantê-los. Senão, vejamos uma reportagem do “Jornal

do Carro”: “Detran de São Paulo vai enviar 740 mil multas de 2020, paradas por causa da pandemia”. Senão, vejamos: “Não existe indústria da multa”, diz o diretor geral da Artesp, Sr. Milton Persoli. Há controvérsias, Sr. Milton. Muitas controvérsias.

Senão, vejamos: “Ministério Público de São Paulo apura se há pressão por emissão de multas na Artesp. A superintendência da agência é investigada por aumento de produção de infrações, e designar terceirizados para a fiscalização do órgão público.”

Senão, vejamos outra denúncia: “A investigação do Ministério Público foi aberta por agentes fiscais do sistema, ao denunciarem pressão que recebiam, pelo aumento de multas, que envolveriam punições caso não cumprissem as metas que recebiam.”

Indo para o final. Em um passado não muito distante, políticos da Capital de São Paulo foram acusados, pelo Ministério Público, de terem criado a chamada indústria das multas, instalando centenas de radares pela cidade, muitos dos quais escondidos, com o objetivo de incrementar a arrecadação.

Entretanto, infelizmente, a Justiça paulista os absolveu. Está aqui mais uma reportagem: “Justiça absolve prefeito de São Paulo acusado de criar indústria da multa”. Então são indícios de que, onde há fumaça, há fogo.

Para terminar. “A Prefeitura de São Paulo, conforme denúncia que já fiz há pouco tempo, terceirizou o sistema Zona Azul de forma vergonhosa, transformando a cidade de São Paulo numa praça de pagamentos, na qual, para estacionar em qualquer lugar da cidade, você vai precisar pagar.

E passa constantemente uma viatura te fiscalizando e te multando. Tudo para favorecer a indústria da multa, e tornar o cidadão refém da conduta do gestor público. Terminando.

Na minha opinião, como parlamentar, é o estado cometendo injustiças para explorar, 365 dias por ano, 24 horas por dia, o cidadão de bem, sem oferecer serviço público de qualidade na sua contrapartida, e querendo multar o cidadão indefeso.

Sempre na contramão da história, o estado de São Paulo, em pleno caos da pandemia, quando deveria dar anistia a todas essas multas, como maneira de ajudar um horror que foi a pandemia, não. Ele, obcecado pela ideia de arrecadação com o aumento de impostos, te tributa ainda mais. Chega.

Juntos somos sempre mais fortes.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PP - Pela ordem, nobre deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Apoiando integralmente a fala do colega, eu peço a suspensão da presente sessão, excelência, até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PP - É regimental. A sessão então está suspensa até 16 horas e 30 minutos. Solicitamos aos Srs. Deputados que possam assinar a lista extraordinária aí, de um projeto de interesse aí dos hospitais.

Obrigado.

- Suspensa às 16 horas e 15 minutos, a sessão é a sessão é reaberta às 16 horas e 47 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Reaberta a sessão.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, presidente. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Cumprimentando V. Exa., solicito o levantamento da presente sessão, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 47 minutos.

4 DE NOVEMBRO DE 2021 59ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e CONTE LOPES
RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Relata ter estado presente em ato em frente à Secretaria de Educação, em defesa dos profissionais do quadro de apoio escolar. Diz que o secretário de Educação Rossieli Soares não atendeu os manifestantes. Destaca a necessidade de reajustar o salário da classe citada. Comunica ter solicitado a visita do secretário a esta Casa. 3 - JANAINA PASCHOAL

Comenta projeto, em trâmite nesta Casa, que pretende destinar verbas às Santas Casas por meio de decreto. Questiona a falta de detalhamento da propositura. Diz lutar em defesa da Saúde. Sugere aos administradores das instituições filantrópicas passíveis de receberem tais verbas que se informem sobre o projeto. Afirma que os seus questionamentos a respeito da pauta não foram esclarecidos. 4 - LETICIA AGUIAR

Para comunicação, registra a presença do vereador Jean da Elite, da cidade de Alumínio. Parabêniza o vereador pela aprovação do projeto Infância Protegida, em Alumínio. 5 - CONTE LOPES

Afirma que muitas mulheres estão sofrendo agressões durante assaltos. Lamenta pela falta de Segurança Pública. Diz que a mídia não dá a devida atenção a essas causas. 6 - SARGENTO NERI

Para comunicação, registra presença de repórter da cidade de Bauru.

7 - CONTE LOPES

Assume a Presidência.

8 - CORONEL TELHADA

Exibe imagens de evento da Soamar, no 8º Distrito Naval, do qual participou. Menciona datas comemorativas deste dia. Comenta episódio de salvamento de uma criança por policiais militares, em Osasco. Exibe imagens de ocorrência, durante a qual foi apreendida uma arma de fogo escondida em um carrinho de bebê, em Araçatuba. Reproduz imagens de apreensão de produtos roubados. 9 - PROFESSORA BEBEL

Lamenta a aprovação do PLC 26/21. Afirma que tal projeto prejudica o funcionalismo público. Lamenta a falta de investimentos no lamspe. Exibe imagens de ato em defesa dos agentes de apoio escolar. Defende que esses profissionais sejam incluídos no Fundeb. Endossa o pronunciamento da deputada Janaina Paschoal a respeito da falta de transparência no envio de verbas a instituições filantrópicas. 10 - GIL DINIZ

Parabeniza o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, por concessão da Rodovia Nova Dutra, em leilão. Elogia os trabalhos do mesmo.

11 - CARLOS GIANNAZI

Descreve manifestação em frente à Escola Estadual Samuel Wainer, no Grajaú. Denuncia possível fechamento do período noturno da escola citada. Afirma que acionará o

Ministério Público por conta desta decisão. Comemora o tombamento do Gínião do Ibirapuera.

12 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, afirma ter lutado contra a privatização do Complexo do Ibirapuera. Destaca a necessidade do envio de recursos para a renovação do local.

GRANDE EXPEDIENTE

13 - JANAINA PASCHOAL

Pelo art. 82, discorre sobre a PEC 23/21, aprovada pela Câmara dos Deputados. Reflete sobre as denúncias de distribuição de emendas para votação do texto. Cita comparações com o mensalão. Tece críticas ao pagamento de emendas voluntárias. Denuncia o pagamento de emendas estaduais a deputados federais.

14 - PRESIDENTE CONTE LOPES

Tece elogios ao trabalho do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

15 - GIL DINIZ

Para comunicação, endossa o discurso da deputada Janaina Paschoal. Questiona o pagamento de emendas voluntárias estaduais a deputados federais. Defende as emendas impositivas.

16 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento sessão, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE CONTE LOPES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 5/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente na data de hoje, dia 04 de novembro de 2021, uma quinta-feira.

Vamos, portanto, iniciar o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.)

(Voz fora do microfone.) Não, não vai. Ele está sem o equipamento, sem fardamento. Obrigado, Adalberto. O Adalberto se encontra presente, mas ele abriu mão do uso da palavra. Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia. Ontem, por partei de um grande ato, Sr. Presidente, na frente da Secretaria da Educação, do QAE e do QSE, que são os servidores do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação.

São servidores fundamentais no funcionamento das nossas escolas estaduais. São eles que abrem e fecham as escolas, eles que cuidam dos prontuários dos alunos, do pagamento dos professores, da vida funcional dos nossos servidores. Enfim, são profissionais da Educação, reconhecidos por lei, inclusive.

Houve uma grande manifestação. Já é a segunda grande manifestação que é feita por esses servidores, que se organizaram em vários coletivos, Sr. Presidente, em vários coletivos. Fizeram também, ao mesmo tempo, manifestações em várias diretorias de Ensino contra os ataques feitos pelo secretário Rossieli em relação ao salário, em relação à vida funcional, em relação às péssimas condições de trabalho.

Um agente de organização escolar tem um salário-base de apenas R\$ 1.056,00; um vale-refeição, conhecido como “vale coxinha”, de apenas R\$ 12,00, Sr. Presidente. É uma situação grave. Talvez seja o setor do funcionalismo público mais atacado pelo governo estadual, há muitos anos. Este Governo, Sr. Presidente, agora após a mobilização desses coletivos, desses grupos...

E ontem foi uma manifestação bonita, com milhares de pessoas na porta da Secretaria da Educação, depois houve uma caminhada até a Praça da Sé. Ontem, os servidores do Quadro de Apoio Escolar ocuparam as ruas da cidade de São Paulo, só que, mais uma vez, o secretário da Educação, o secretário Rossieli Soares, não recebeu os coletivos, não recebeu a comissão que representa todos esses grupos, que queria entregar um documento, um ofício com a pauta com as principais reivindicações.

O grupo ficou na porta, Sr. Presidente, esperando. Mais uma vez, nem o assessor do assessor recebeu o grupo. Eu quero então, Sr. Presidente, dizer que eu estou com esse documento.

Eu gostaria de que ele fosse publicado no Diário Oficial, a pauta com as reivindicações dos coletivos dos servidores do Quadro de Apoio Escolar, para que todos tenham noção dessas reivindicações e da gravidade da situação.

Tenho aqui as fotos que eu queria mostrar, Sr. Presidente, da manifestação de ontem, que ganhou as ruas da cidade de São Paulo. Os servidores e as servidoras fizeram uma grande caminhada, da praça da República até a praça da Sé, com o apoio de vários segmentos da sociedade. As pessoas que passavam iam manifestando o apoio.

Aqui, nós tentamos uma conversa com o secretário, com o assessor, mas nem isso. As portas se fecharam, Sr. Presidente. Esse secretário Rossieli fechou as portas da Secretaria da Educação para aqueles e aquelas que abrem as portas das escolas todos os dias.

É uma vergonha o que esse secretário está fazendo com os servidores do quadro de apoio escolar. Ele só tem se movimentado por conta desse movimento, esse movimento que está saindo da invisibilidade.

Inclusive, ontem mesmo pela manhã, a Rede Globo falou desse movimento, e o secretário começa a reagir timidamente. Primeiro, após o movimento do dia 18, o secretário anunciou a convocação de aproximadamente 400 servidores aprovados no concurso, o que é pouco.

Nós temos hoje um déficit de mais de 16 mil vagas, cargos vagos nessa área, e o secretário não faz a chamada. Depois, em seguida ele anunciou - olha só o absurdo - que ia destravar, só agora, por conta desse movimento, a promoção dos servidores do quadro de apoio escolar, que estava travada desde 2015.

Nós aprovamos uma lei, aqui no plenário da Assembleia Legislativa, em 2011. Ele disse que iria destravar, ia tentar resolver uma questão que é um direito dos servidores.

Mas os servidores exigem, na verdade, salários dignos, reajuste salarial, reposição das perdas inflacionárias, que eles sejam incluídos no abono do Fundeb, porque há espaço para isso. Nós sabemos que há. Inclusive, nós apresentamos emendas.

Agora, é lamentável que o secretário não dialogue com esses coletivos. Mais de 2 mil pessoas na frente da Secretaria da Educação foram desrespeitadas, Sr. Presidente. Agora nós já pedimos a convocação do secretário, aqui na Assembleia Legislativa, para que ele explique por que ele não dialoga com os servidores, e também por conta de outras gravíssimas denúncias contra a Secretaria da Educação.